

HABEAS CORPUS Nº 496.982 - PR (2019/0063891-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JOAO PAULO DE MELLO
ADVOGADO : JOÃO PAULO DE MELLO - PR055525
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : DIONE MOREIRA DA SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL. ROUBO. RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA. ART. 71 DO CÓDIGO PENAL. UNIDADE DE DESÍGNIOS ENTRE OS CRIMES PARCELARES AFASTADA PELA INSTÂNCIA *A QUO*. INVERSÃO DO JULGADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DIONE MOREIRA DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Apelação n.º 1.627.355-7).

Consta dos autos que o Paciente foi preso preventivamente, em 30/03/2016, e denunciado como incurso no art. 157, § 2.º, incisos I, II e V, do Código Penal, por duas vezes, e no art. 244-B da Lei n.º 8.069/90, uma vez, em concurso formal impróprio.

Narra a denúncia que o Paciente, seu corréu e um adolescente, subtraíram dinheiro e bens da residência da vítima. A ação foi praticada com violência, consistente em coronhadas na cabeça e grave ameaça exercida com armas de fogo, invasão a casa do ofendido, que foi amarrado e teve restringida de sua liberdade por cerca de duas horas. Ato contínuo, os Agentes levaram a vítima a sua empresa, onde efetuaram o segundo roubo.

Em primeiro grau, o Paciente foi condenado, nos termos da denúncia, à pena total de e 17 (dezessete) anos, 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime fechado, e 290 (duzentos e noventa) dias-multa. Foi-lhe vedado o apelo em liberdade.

O Tribunal *a quo* negou provimento ao apelo do Paciente e deu parcial provimento ao recurso do corréu, em acórdão assim ementado (fls. 682-683):

"CRIMES DE ROUBO MAJORADO. EM CONCURSO FORMAL IMPRÓPRIO. E CORRUPÇÃO DE MENORES - CONDENAÇÃO - APELAÇÃO - PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO. ANTE A PRECARIEDADE DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUFICIENTES OU MESMO DIANTE DA AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NO FATO - INVIABILIDADE - RELATOS ORAIS SEGUROS E FIDEDIGNOS. ALIADOS AOS RECONHECIMENTOS EFETUADOS CONCORRÊNCIA NOS CRIMES DE AMBOS OS IMPUTADOS. NOS TERMOS DO ART. 29. DO CP - PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE UM ÚNICO INJUSTO DE ROUBO - IMPOSSIBILIDADE - DIVERSIDADE PATRIMONIAL CONFERIDA ÀS PESSOAS FÍSICAS VÍTIMAS E TAMBÉM À PESSOA JURÍDICA - AFETAÇÃO DE AMBOS PATRIMÔNIOS - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO CONCURSO FORMAL PRÓPRIO OU CONTINUIDADE DELITIVA - INVIABILIDADE - COMPROVAÇÃO DE PLENA CONSCIÊNCIA DOS AGENTES EM EFETUAR A SUBTRAÇÃO DA RESIDÊNCIA DAS VÍTIMAS E DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA - PRECEDENTE DO STJ - CORRUPÇÃO DE MENORES - INJUSTO DELINEADO - CRIME FORMAL - SÚMULA Nº 500, STJ - PARTICIPAÇÃO DE IMPÚBERE NOS ROUBOS - CONDENAÇÕES MANTIDAS - DOSIMETRIA - PENAS LANÇADAS DE FORMA ESCORREITA - MAJORANTES DO ART 157. §2º. INC. I, II E V. DO CP. APLICADAS NO MÁXIMO (1/2) - FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA AMPARANDO TAL AUMENTO - OBSERVÂNCIA DA SÚMULA Nº 443, DO STJ - REGIMES MANTIDOS - ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS COM BASE NA TABELA DA RESOLUÇÃO Nº 13/2016, DA PGE/SEFA - RECURSO 2 PARCIALMENTE PROVIDO E RECURSO 1 DESPROVIDO."

Embargos de declaração, alegando omissão sobre nulidades na ação penal, foram opostos e acolhidos, sem efeitos modificativos (fls. 713-718).

Defende o Impetrante, em suma, que (fl. 5):

"[...] como o roubo é um crime contra o patrimônio, se a intenção do agente é direcionada à subtração de um único patrimônio, estará configurado apenas um crime, ainda que, no modus operandi, seja utilizada violência ou grave ameaça contra mais de uma pessoa para a consecução do resultado pretendido."

Logo, como no caso em apreço foram duas condutas, consistentes em furtar a residência e posteriormente furtar a empresa, houve duas ações, ocorrendo dois crimes, sendo o primeiro cometido em continuidade com o segundo.

Busca, assim, em liminar e no mérito, a concessão da ordem para reconhecer a continuidade delitiva entre os crimes de roubo.

Indeferi o pedido liminar às fls. 774-776.

As judiciosas informações foram dispensadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se à fl. 780, opinando pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório. Decido.

De plano, esclareço que, conforme a jurisprudência deste Superior Tribunal, no tocante ao crime continuado, exige-se, como requisito de ordem subjetiva, o dolo global ou unitário entre os crimes parcelares, isto é, para ficar caracterizada a continuidade delitiva, além dos requisitos objetivos, é necessária a demonstração da unidade de desígnios.

No mesmo sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INJÚRIA RACIAL. MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. CULPABILIDADE E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. AUMENTO JUSTIFICADO. CRIME CONTINUADO. OFENSAS POR DIVERSAS VEZES EM DIAS DISTINTOS. CONTINUIDADE CARACTERIZADA.

[...]

6. Esta Corte Superior de Justiça, ao interpretar o conteúdo do art. 71 do Código Penal, adotou a teoria mista, ou objetivo-subjetiva, segundo a qual, para o reconhecimento da continuidade delitiva, faz-se necessário o preenchimento de requisitos de natureza objetiva (pluralidade de ações; mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução do delito) e subjetiva (unidade de desígnios).

[...]

9. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no HC 443.277/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe de 12/03/2019.)

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA. ART. 71, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. TEORIA MISTA OU OBJETIVO-SUBJETIVA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA N. 568/STJ. INCIDÊNCIA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

Mostra-se correto o decisum objurgado, tendo em vista que se encontra em consonância com o entendimento estabelecido nesta Corte Superior de Justiça, no sentido de que "[...] ao interpretar o art. 71 do CP, adota a teoria mista, ou objetivo-subjetiva, segundo a qual caracteriza-se a ficção jurídica do crime continuado quando preenchidos tanto os requisitos de ordem objetiva - mesmas condições de tempo, lugar e modo

de execução do delito -, quanto o de ordem subjetiva - a denominada unidade de desígnios ou vínculo subjetivo entre os eventos criminosos, a exigir a demonstração do entrelaçamento entre as condutas delituosas, ou seja, evidências no sentido de que a ação posterior é um desdobramento da anterior' (AgRg no HC n. 426.556/MS, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 3/4/2018, grifei). Precedentes. Súmula n. 568/STJ. Incidência mantida.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no AgRg no AREsp 1.354.075/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe de 12/12/2018.)

Na hipótese dos autos, o Tribunal estadual, ao manter a sentença do Juiz de primeiro grau que reconheceu configurado o concurso formal impróprio, consignou que (fls. 697-698):

"Com efeito, de se concordar com o fundamentado em primeira instância, restando consubstanciado que os agentes pretendam antes mesmo do início das empreitadas delitivas afetar patrimônios diversos, ainda mais quando se considerado que ocorreram em espaços físicos diversos, ou seja, na residência da família e na sede da sociedade empresária, a qual se vê corroborada pelo Superior Tribunal de Justiça:

3. Hipótese na qual o réu, mediante uma só conduta, terminou por atingir o patrimônio de duas vítimas distintas, o que denota a ocorrência de concurso formal. Porém, para que seja reconhecido o cúmulo formal impróprio, mister se faz a comprovação dos desígnios distintos, ou seja, que o agente tinha consciência de que estava subtraindo bens de ofendidos diversos. In casu, malgrado haja prova de que o réu subtraiu bens do estabelecimento comercial e o celular de um dos funcionários da empresa, a Corte de origem apenas reconheceu ter sido comprovado que o telefone celular pertencia a outra vítima, sem nada mencionar acerca da existência de desígnios autônomos, devendo ser reconhecido o concurso formal próprio. Precedente. (HC 205.706/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 24/08/2016)

Outrossim, não deve ser reconhecida a continuidade delitiva dos delitos, levando-se em conta a ausência de descontinuidade dos atos de execução, gerando apenas uma ação."

Como se vê, a Corte *a quo*, soberana no tocante à análise do arcabouço fático-probatório acostado ao caderno processual, considerou que, na hipótese dos autos, ficou demonstrado que era da vontade do Paciente a prática de dois crimes, contra patrimônios distintos, mediante uma só ação.

E não é possível, na via exígua de liminar em *habeas corpus*, proceder ao

amplo reexame dos fatos e das provas para reconhecer que a segunda conduta configura continuação da primeira, sobretudo se a instância ordinária, soberana na análise da matéria fática dos autos, restou convicta quanto à ausência de preenchimento dos requisitos previstos para o reconhecimento da continuidade delitiva.

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. UNIFICAÇÃO DE PENAS. CONTINUIDADE DELITIVA. REQUISITOS. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. WRIT NÃO CONHECIDO. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO DESPROVIDO.

I - Segundo a jurisprudência do col. STF e desta Corte, para efeito de reconhecimento da continuidade delitiva, é indispensável que o agente tenha praticado as condutas delituosas em idênticas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhanças e, ainda, que exista liame a indicar a unidade de desígnios.

II - No caso, as instâncias ordinárias afastaram a continuidade delitiva por entenderem que não restou demonstrada a unidade de desígnios entre os crimes, que seriam autônomos, o que demonstraria a habitualidade criminosa.

III - Modificar o entendimento das instâncias ordinárias para reconhecer a figura da continuidade delitiva demandaria necessariamente amplo reexame do acervo fático-probatório, procedimento incompatível com a estreita via do habeas corpus.

IV - No presente agravo regimental não se aduziu qualquer argumento novo e apto a ensejar a alteração da decisão agravada, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 423.057/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 14/03/2018.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora